

Pantanal criativo: contribuições para o conceito de bioma criativo referenciado no artesanato do Pantanal Sul

Creative Pantanal: contributions to the concept of a creative biome as referenced in the handicrafts of southern Pantanal

Adriano Pereira de Castro Pacheco¹ 

RESUMO

O presente trabalho examinou a relação entre a economia criativa e o território pantaneiro e visou discutir elementos que podem lançar luz sobre o conceito de bioma criativo, ou seja, uma economia criativa inspirada no território e suas especificidades. A pesquisa foi qualitativa e utilizou a abordagem interpretativista, com um percurso metodológico que incluiu levantamento predominantemente bibliográfico e documental. O estudo antecipou que um bioma criativo — especificamente a mesorregião Pantanaís-Sul-Mato-Grossenses — integra práticas, símbolos e recursos intangíveis, que por respectivas singularidades e raridades destacam a riqueza estratégica que pode emergir desse espaço-conceito em formação.

Palavras-chave: Pantanal Sul. Território criativo. Bioma criativo. Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

The present study examines the relationship between the creative economy and the territory of the Pantanal, and aims to discuss elements that may shed light on the concept of a creative biome, that is, a creative economy inspired by the territory and its specificities. The research is qualitative and adopts an interpretivist approach, with a methodological path that includes predominantly bibliographic and documentary research. The study anticipates that a creative biome—specifically the Pantanaís-Sul-Mato-Grossenses mesoregion—integrates practices, symbols, and intangible resources which, due to their respective singularities and rarities, highlight the strategic richness that may emerge from this space-concept currently under formation.

Keywords: Pantanal Sul. Creative territory. Creative biome. Mato Grosso do Sul.

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — Campo Grande (MS), Brasil. E-mail: adriano.castro@ufms.br
Recebido em: 17/12/2025. Aceito em: 11/05/2026

INTRODUÇÃO

Desde a última metade do século XX, a economia mundial tem sofrido profundas transformações, notadamente com a intensificação de crises econômicas, políticas e democráticas, além da ascensão do movimento hegemônico das economias de mercado. Além disso, foi colocada também em perspectiva a fragilidade das instituições no cenário de correlação de forças, motivando intelectuais de diversas áreas a (re)pensarem propostas alternativas para um desenvolvimento efetivamente sustentável, inclusivo e capaz de assegurar o bem-estar coletivo diante dos efeitos deletérios das políticas neoliberais (Santos, 2005; Machado, 2010; Braz, 2017).

Esse processo de mudanças estruturais, particularmente desde os anos 1990, trouxe à baila intensa discussão sobre as chamadas economias de transição, a exemplo da economia criativa, solidária, colaborativa, ecológica, circular etc., estabelecendo em seu bojo novos paradigmas relacionados aos sistemas produtivos, além de novos modelos de organização do trabalho no contexto de sociedade em rede (Harvey, 1993; 2005; Furtado 1998; Santos, 1999; Castells, 2000; Yúdice, 2004; Reis, 2008; Miguez, 2009; Oliveira; Araujo; Silva, 2013).

Nesse limiar, o interesse particular desta pesquisa recaiu sobre o advento da economia criativa (EC) como estratégia de desenvolvimento, seus limites, contradições e potencialidades. Indústrias criativas (Caves, 2002; Hartley, 2005; UNCTAD, 2010; Unesco; UNDP, 2013; Madeira, 2014; Bendassolli *et al.*, 2016), economia criativa (Brasil, 2011; Howkins, 2013; Leitão, 2015a; 2015b; 2015c; 2016; 2019; Guilherme, 2018; Pacheco; Benini, 2024; 2025), cidades, territórios e *clusters* criativos (Comunian, 2011; Landry, 2011; Reis; Kageyama, 2011; Closs; Oliveira, 2017; Lima, 2017; Leitão; Guilherme, 2019; Pacheco, 2023; Pacheco; Benini, 2024) são alguns dos termos que circunscreveram este objeto de estudo no arcabouço literário nacional e internacional.

Adicionalmente, em 2004, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) criou a Rede Mundial de Cidades Criativas, desde então, cidades e territórios criativos têm recebido significativa atenção no arcabouço teórico nacional e internacional. Contudo, parece haver um hiato estratégico para o estabelecimento de um novo conceito, o de bioma criativo. O argumento central deste artigo advogou a existência de uma economia que está diretamente relacionada à dimensão simbólica e econômica e à biodiversidade que se articulam em determinado território, neste caso, o Pantanal de Mato Grosso do Sul. Em outros termos: se existem cidades e territórios criativos, certamente existe uma economia criativa de base territorial, ou ainda, biomas criativos.

À luz do exposto, o presente artigo interrogou: quais características do bioma pantaneiro podem auxiliar na compreensão ampliada do constructo de um bioma criativo? Para isso, o trabalho recorreu aos elementos simbólico-identitários do artesanato pantaneiro como arranjo do patrimônio cultural territorial de inequívoca vocação econômica para o bioma (Pacheco; Benini, 2025).

Para a efetiva consecução do objetivo do artigo, recorreu-se também aos clássicos da geografia econômica, visando constituir o mote analítico-interpretativo desta pesquisa, particularmente nas contribuições de Haesbaert (2015; 2017)

e Santos (1999; 2002; 2005); e ancilarmente Raffestin (1993), Souza (2011) e Saquet (2018), dentre outros. Com efeito, o presente artigo tem muito a contribuir com o arcabouço teórico-interpretativo da economia criativa como estratégia de desenvolvimento, notadamente quanto à formação de territórios e biomas criativos.

Dessa forma, o presente artigo se encontra estruturado em capítulos que compreendem breves considerações sobre economia e territórios criativos, seguidos da apresentação detalhada do bioma do Pantanal de Mato Grosso do Sul, bem como das respectivas discussões em torno de um constructo interpretativo para o conceito de bioma criativo.

Para compreender a relação entre economia criativa e território

O advento do termo “indústrias criativas” em meados de 1990, na Austrália, deu início à agenda de políticas públicas para a EC em todo o mundo, mais intensamente durante os anos 2000, tendo como imperativos a originalidade, a criatividade, as rupturas com processos tradicionais de produção e a inovação (Kirschbaum; Pina e Cunha; Wood Jr., 2009).

De imediato, sabe-se que os “produtos culturais são bens e serviços valorizados por seu significado” e que são “consumidos em um ato de interpretação”, ou ainda “simbolicamente”, o que difere dos produtos ditos “tradicionais”, que são consumidos materialmente, por sua utilidade (Lawrence; Phillips, 2009, p. 3-5).

A EC pode ser apreendida dentro da economia dos bens simbólicos. Para Bourdieu (1987), a cultura só existe efetivamente sob a forma de símbolos, de um conjunto de significantes/significados, com função política bem definida. Nesse campo, há um “capital simbólico” em disputa. “Estes [produtos] constituem realidades com dupla face — mercadorias e significações —, cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes” (Bourdieu, 1987, p. 102).

Ou seja, o elemento caracterizador dessa economia é a sua dimensão simbólica, intangível, que se alimenta do talento criativo (conhecimento, saberes, fazeres etc.) para a produção de bens e serviços, conferindo-lhe valor, em um mercado com dinâmica de funcionamento que desconcentra modelos econômicos tradicionais e se assenta sobre os princípios da diversidade cultural, inclusão social, sustentabilidade e inovação (Brasil, 2011).

Fundamental é colocar em perspectiva a dimensão da EC como vetor de desenvolvimento, tão defendido pelo notório economista brasileiro Celso Furtado (Pacheco; Benini, 2018). Ao lançar a coletânea de ensaios *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984), por exemplo, o autor antecipou propostas em direção a um desenvolvimento endógeno que só viria à tona no mundo 20 anos depois, qual seja: a descoberta da criatividade no nível dos fins:

Daí que uma política cultural que se limita a fomentar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação [...], o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça (Furtado, 1984, p. 32).

Como bem lembram Pacheco, Benini e Mariani (2018), a economia criativa surge das identidades locais, do povo, introjetada de simbologia, considerando a imensidão da diversidade cultural brasileira. E, ainda, a economia criativa, no contexto Brasil, deve ser posta a serviço da lógica dos fins, cooperando para o surgimento de uma agenda de transformação social, que tem em seu constructo multidimensional o seu mote.

Ainda nessa esteira, fundamental é colocar em perspectiva a contribuição de Pacheco e Benini (2024) sobre a economia criativa de base territorial (ECBT). Para os autores, esse modelo econômico intensivo em símbolos e apoiado no território corresponde a uma economia introjetada de componentes simbólico-culturais e “resulta dos fluxos, redes e interações político-institucionais no contexto de território como espaço híbrido (Figura 1). Trata-se, portanto, de uma economia criativa territorializada, multiescalar, multidimensional, material e imaterial” (Pacheco; Benini, 2024, p. 388).

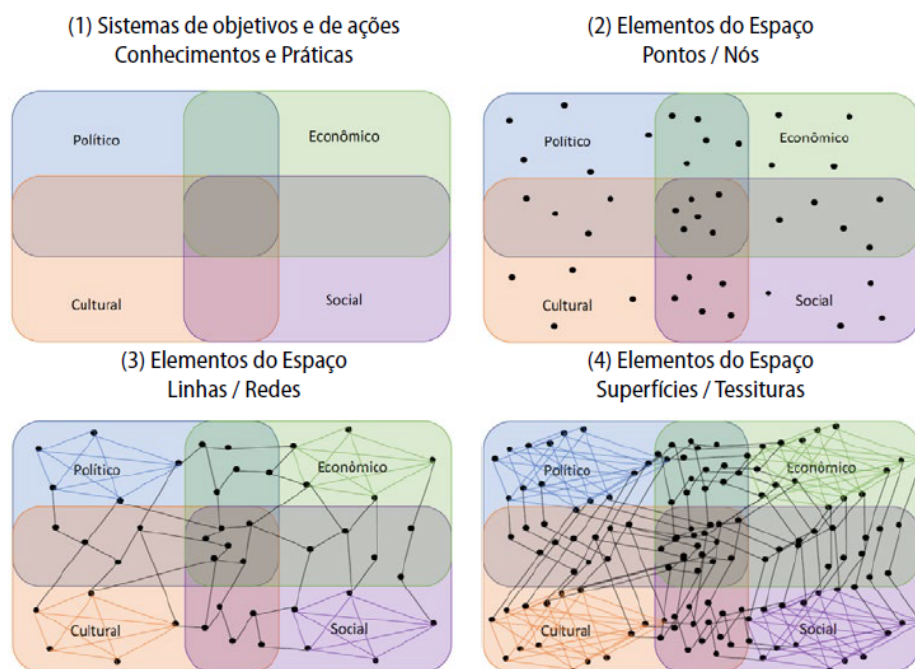


Fonte: Pacheco e Benini (2024, p. 387).

Figura 1. Proposição analítica multidimensional da economia criativa de base territorial.

No contexto da EC apresentada nesta pesquisa, à luz de posicionamentos teóricos, os símbolos são compreendidos como incrustados no território e, portanto, no tecido da própria sociedade. Daí que a EC surge das identidades locais, do povo, introjetada de simbologia, considerando a imensidão da diversidade cultural brasileira. Com efeito, tem-se que a economia criativa encontra apoio nas discussões centradas nos territórios, vez que as comunidades que o constituem são reais provedoras de ativos simbólicos, intangíveis e criativos, com forte relação com o setor de serviços, notadamente o turismo local (Londoño-Cardozo; Castrillón, 2022; Pacheco, 2023; Pacheco; Benini, 2024).

Daí que os caminhos para pensar um conceito, ou as dimensões teórico-conceituais para um eventual bioma criativo, começam a se clarificar com base na articulação até aqui proposta. Como bem sintetizado por Luciana Guilherme (2018, p. 64), o sistema territorial é um complexo de conhecimentos e práticas, pontos e nós, linhas e redes, superfícies e tessituras (Figura 2).



Fonte: Guilherme (2018, p. 64), elaborado com base em Raffestin (1993).
Figura 2. Sistema territorial.

Ou seja, há que se considerar que os elementos fundantes de uma EC de base territorial passam, invariavelmente, pelo reconhecimento do simbólico, em uma abordagem substantiva da economia, compreendendo tradição, memória, significados, histórias e trajetórias, modos de produção e de relações de trabalho, além dos processos criativos e de inovação do lugar.

O território em perspectiva: uma agenda estratégica para o desenvolvimento

A discussão inicial sobre as chamadas economias substantivas pavimenta a presente sessão, isso porque reconhece a existência de modos alternativos de produção, atuando simultaneamente, os quais podem contribuir para o reequilíbrio econômico das nações (Roustang; Laville; Eme, 1996).

Inúmeros trabalhos (Roustang; Laville; Eme, 1996; Dallabrida, 2011; Oliveira, 2016; Pacheco; Benini, 2024; 2025) reforçam a urgência de apoiar uma economia territorializada, que respeite a diversidade social e cultural das sociedades, promova o desenvolvimento sustentável com vistas à preservação do futuro e melhor repartição entre países ricos e pobres, além do desenvolvimento como liberdade. Ao discutir desenvolvimento territorial, Moraes e Schneider (2010) lembram que o território

é ponto de encontro entre as formas de mercado, os modos de regulação social e entre os outros atores do desenvolvimento. [...] a dinâmica territorial aparece em diferentes escalas, desde um subsistema, como uma unidade familiar de trabalho e produção, até interações com territórios mais amplos, como sistemas globais que abrangem muitas formações territoriais menores (Moraes; Schneider, 2010, p. 295-296).

De modo geral, são experiências fortemente vinculadas a um quadro territorial específico de “pertencimento” (a um bairro, distritos, assentamentos, a uma região etc.), e que tentam, por meio da sua prática, enfrentar problemáticas locais. E, visando promover a articulação da economia criativa com territórios, faz-se necessário esmiuçar o contexto estético e simbólico dos territórios em sua dimensão subjetiva e simbólica.

À luz dos pressupostos teóricos até aqui apresentados, parece adequado trazer ao debate a inegável contribuição da geografia econômica de Milton Santos (2002). Ao abordar a temática territorial, o autor advoga que território não é

apenas um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas sobrepostas, o território pode ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2002, p. 15).

Ou seja, o território é multidimensional, possui múltiplas relações entre natureza, economia, política, cultura etc. Dada essa configuração, o território é determinante do espaço e, portanto, interfere diretamente nas demais estruturas da sociedade. As formações sociais resultantes do território moldam as práticas econômicas. Essa perspectiva de Santos (2002; 2005) parece estabelecer diálogos promissores quanto ao desenvolvimento deste artigo: “Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada” (Santos, 1999, p. 144).

O território como lugar reúne em seu interior configurações historicamente pautadas nas relações sociais e nas relações sociedade-natureza. Essas relações compreendem significados plurais que, para além da produção econômica, têm seu mote na identidade e no patrimônio cultural, além das respectivas categorizações territoriais: a territorialização e as territorialidades

O território reúne, no lugar, comunidade, instituições, economia e natureza, num tecido de interações pessoais e sociais, com inteligência e enraizamento [...] corresponde à terra e, sobretudo, à história dos homens que habitam os lugares, à prática social e ao conhecimento acumulado. Cada lugar precisa, assim, ser pensado como específico numa rede de lugares conexos territorialmente (Saquet, 2018, p. 488-489).

Isso porque, se o território é fruto de uma complexa relação de atributos histórico-sociais, parece sintomático — minimamente — compreender que esse mesmo território pode ser objeto de uma (des)territorialização, ou seja, de uma ruptura que é lógica e dialética, a qual resulta em descontinuidades e apropriações no espaço-tempo, não apenas pelo avanço da globalização e do modo de produção intensivo

em capital, mas como resultante do próprio movimento e contramovimento gestado em seu próprio interior, à luz de um contexto institucional, ensejando ações à vista de uma (re)territorialização (Marequel; Creo; Álvarez-Díaz, 2021).

Haesbaert (2015) classifica o território em algumas vertentes básicas, quais sejam: território natural, território político, território econômico e território cultural ou simbólico-cultural. E ainda, o território pode ser unifuncional, ou seja, como espaço-tempo vivido resultante de diversos processos que se constituem nas tramas materiais e imateriais do cotidiano social (Haesbaert, 2017). Por sua vez, a dimensão simbólico-identitária (cultural) a respeito do território parece dialogar com maior fluidez no âmbito da EC, à luz de uma racionalidade substantiva.

Ou seja, o território é multidimensional, possui múltiplas relações entre natureza, economia, política, cultura etc. Dada essa configuração, o território é determinante do espaço, portanto, interfere diretamente nas demais estruturas da sociedade. As formações sociais resultantes do território moldam as práticas econômicas.

Em tom contributivo, Santos (2003, p. 47) advoga que: “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. Invariavelmente, os constructos debatidos no artigo em curso reconhecem a importância de processos estruturantes de um modelo de desenvolvimento econômico mais orgânico e socialmente justo, com base num território autossustentável ou que se insira minimamente nesse horizonte.

Bioma Pantanal: reserva da biosfera pela UNESCO

O Pantanal é a maior planície de inundação contínua do planeta, com área de mais de 138 mil quilômetros quadrados, englobando parte dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Brasil, estendendo-se para a Bolívia e o Paraguai. Por reunir expressiva biodiversidade traduzida em valor ambiental, o Pantanal foi elevado à condição de Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO (Pacheco; Campello, 2024).

O bioma Pantanal ocupa 1,8% do território nacional (IBGE, 2019) e abrange parte dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Figura 3). As tipologias de vegetação do cerrado são predominantes nesse bioma, ocorrendo também vegetação semelhante à da caatinga e pequenas áreas com florestas. Entretanto, o bioma Pantanal é reconhecido como a maior planície de inundação contínua do planeta Terra, o que constitui o principal fator para sua formação e diferenciação em relação aos demais biomas. Ali se reúnem representantes de quase toda a fauna brasileira e, durante o período de inundação, parte dessa fauna se refugia nas áreas mais altas, retornando quando baixam as águas. O bioma Pantanal¹ é o mais preservado,

1 Para fins de contexto, traz-se à colação os recortes da pesquisa da notável professora Albana Xavier Nogueira (2002, p. 26): “Em Mato Grosso do Sul [o Pantanal] cobre grande parte de cinco importantes municípios, como Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Porto Murtinho, ocupando, ainda, significativos espaços nos municípios de Coxim, Rio verde de Mato Grosso e Pedro Gomes. [...] Fisiograficamente, o Pantanal caracteriza-se pela complexidade do sistema hidrográfico, reforçado por baías, salinas, corixos e vazantes que, no conjunto, lhe dão a feição particularizadora”.



Fonte: Mato Grosso do Sul (2025).

Figura 3. Pantanal Sul-Mato-Grossense.

embora a criação de gado² seja uma atividade importante economicamente para a região, aliada às atividades de turismo (IBGE, 2019).

Assim como a fauna e flora da região são admiráveis, há de se destacar a rica presença das comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, coletores de iscas ao longo do rio Paraguai, comunidade Amolar e Paraguai-Mirim, dentre outras. No decorrer dos anos, essas comunidades influenciaram diretamente na formação cultural da população pantaneira.

O bioma Pantanal compreende uma região predominantemente plana e deprimida, circundada por escarpas da borda da bacia sedimentar do Paraná e da serra da Bodoquena, a leste, e pela Chapada dos Parecis e a serra de Cuiabá, ao norte. Ao sul, o bioma Pantanal é limitado pelo rio Apa; a oeste, adentra a Bolívia e o Paraguai, por extensões menores, principalmente neste último; no contexto nacional, é delimitado pela linha de fronteira com esses dois países. Está inserido na bacia do alto rio Paraguai e abrange parte dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

2 Do mesmo modo, há uma prática rural recheada de características relacionando o homem pantaneiro ao seu habitat. Os utensílios da lida, por exemplo, são muito representativos no artesanato, no design, na gastronomia, nos festejos, na literatura etc. “[...] os mochos, de armação de madeira, revestidos de couro cru ou sola [...] as canastras e os baús, totalmente de madeira ou forradas de couro [...] os fogões à lenha. [...] No pilão, socava-se o milho, para fazer canjica, quirera e fubá” (Nogueira, 2002, p. 73-86).

O Pantanal apresenta aspecto de anfiteatro, constituindo a maior planície alagável contínua do planeta, cujas dinâmicas ecológica e socioeconômica estão fortemente associadas às influências diretas e indiretas advindas das regiões de planalto adjacentes, bem como ao regime hidrológico da bacia do alto rio Paraguai (Botelho; Clevelário Junior, 2016).

As inundações anuais da planície pantaneira, por atingir grande extensão, ser de longa duração e imprimir modificações de vulto no meio físico, na vida silvestre e no cotidiano das populações locais, são determinantes na existência de um macroecossistema passível de ser tratado como bioma. Nesse sentido, difere dos demais biomas brasileiros, pois é o único cuja delimitação não está centrada nas formações vegetais ou fitofisionomiais (Botelho; Clevelário Junior, 2016).

Os registros de ocupação do Pantanal³ contam que, desde o século XVII, indígenas, portugueses, espanhóis, paraguaios, bandeirantes paulistas, bolivianos, entre outros, construíram e reconstruíram o território pantaneiro (Ribeiro, 2018). A construção histórica do Pantanal foi permeada por acontecimentos promotores de mudanças de ordem política, social e econômica, significativas em sua geografia, dentre elas a divisão do estado de Mato Grosso em dois e a criação de nova unidade da federação, o estado de Mato Grosso do Sul, um marco na constituição do Pantanal moderno (Ribeiro, 2015).

No fim da década de 1970, iniciou-se no Pantanal um período de significativas mudanças econômicas, notadamente com o advento de novas tecnologias, as quais impactaram diretamente a própria produção do espaço pantaneiro e o modo de vida da população pantaneira. Desde esse momento histórico, as gentes pantaneiras passaram a vivenciar e construir novas relações com a natureza na produção do espaço em seus aspectos socioambientais, com o advento das novas configurações da função das propriedades rurais, da reorganização das comunidades tradicionais, que resultaram em um rico processo de compreensão dessas transformações (Ribeiro, 2015; Pacheco; Campello, 2024).

Detalhando a dinâmica econômica de Mato Grosso do Sul, Álvaro Banducci Jr. (2007) concluiu que a questão territorial é fortemente influenciada pela pecuária. Os peões, por exemplo, além da lida no campo, ocupavam-se nas horas vagas com os artefatos de couro. Semelhantemente, as mulheres ocupavam-se com os afazeres domésticos e a manufatura dos objetos de utilidade na lida do Pantanal⁴.

Como bem lembra Vargas (2006, p. 61-62):

3 As diversidades culturais e ambientais permitem a identificação de onze sub-regiões: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paiaguás, Paraguai, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho (Silva; Abdon, 1998), as quais se encontram presentes nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estendendo-se para a Bolívia e o Paraguai.

4 Ainda como exemplo, têm-se os itens que compõem a "traia" de arreio, na lida dos peões: baixeiro (lona que vai por baixo e o trançado de lã), arreio, cabresto ou cabo, freio, barrigueira, pelego, peitoral de argolas, laços de couro, trançado, maneador (tira de couro para amarrar o animal), capa de chuva, alforge (sacola para roupas). Tirador: avental de couro preso à cintura do peão, utilizado na lida do gado (Ribeiro, 2015, p. 37).

Considerando que a identidade se encontra profundamente envolvida no processo de representação, admite-se que a forte veiculação do Pantanal simbólico interfere na construção identitária do indivíduo pantaneiro [...] a identidade social/territorial pode ser interpretada como algo “dado”, decorrente da naturalidade, da vivência e da cultura, e também como algo construído, uma autoatribuição, [...] quando os indivíduos se reconhecem como pantaneiros.

No campo da economia criativa, o Pantanal representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento sustentável, pois seu território é de inesgotável intensidade cultural e destaca-se por suas peculiaridades. Num mundo cada vez mais globalizado, a “diversidade cultural” toma dimensões importantes para o planejamento de políticas de desenvolvimento (Pacheco *et al.*, 2016, p. 124).

Adicionalmente, o Pantanal e as demais riquezas naturais do estado de Mato Grosso do Sul configuram um verdadeiro manancial de ativos simbólicos e, portanto, da economia intensiva em criatividade. Logo torna-se necessário concentrar esforços de organização e fortalecimento do papel estatal e dos demais setores, de modo que, conjuntamente, possam fazer surgir um novo ciclo criativo envolvendo criação, produção, distribuição e consumo de bens e serviços culturais e criativos com a patente de nossa diversidade cultural (Pacheco *et al.*, 2016, p. 127).

Para um território criativo chamado Pantanal Sul

Elucidada a temática em curso, é importante reconhecer que o Pantanal Sul-Mato-Grossense, pela imensidão de suas riquezas naturais e culturais, possui uma fonte perene inesgotável de ativos simbólicos, portanto, criativos. Na literatura, arquitetura, *design*, gastronomia, tecnologias da informação e comunicação (TICs) e tantos outros setores do arranjo institucional, são inúmeras as possibilidades de intervenção, objetivando o desenvolvimento econômico, social e cultural que tem na EC o seu mote.

De igual modo, um bioma criativo, por seu teor transdisciplinar e multidimensional, fatalmente precisa ser compreendido à luz da teoria da complexidade (Morin, 2011). Os transbordamentos e relacionamentos da economia e territórios criativos cooperam, coordenam e suportam estrategicamente as áreas da cultura, do turismo, da ciência e tecnologia, razão pela qual traz consigo desafios e potencialidades.

O Pantanal Sul-Mato-Grossense é um bioma transfronteiriço, possuidor de vasta biodiversidade e fornecedor de serviços ecossistêmicos relevantes para a vida e o bem-estar humanos e dos demais seres vivos. Graças a essa rica biodiversidade, embebida de aspectos simbólicos, culturais e econômicos, o Pantanal tem suscitado, de forma premente, uma agenda de governança balizada em robusto arcabouço legislativo de cariz ambiental, com vistas ao desenvolvimento econômico sustentável e também considerando a fronteira que estabelece com outros países, notadamente a Bolívia.

Constituindo-se o bioma mais importante do Brasil e um dos mais importantes do mundo, o Pantanal possui uma riqueza sociocultural incomensurável. Do mesmo

modo, saberes, vivências e formas de organização encontram-se ricamente presentes no espectro de existência das populações do território pantaneiro.

E ainda, para além da função econômica (reconhecida ao longo da história econômica), a terra representa a habitação do homem, a condição de sua habitação, segurança, paisagem etc. Logo o reconhecimento dessa importante relação conecta a abordagem substantiva às discussões que envolvem economias alternativas e dos territórios como espaços genuínos de liberdade e desenvolvimento (cultural, social e econômico).

No mesmo sentido, como incessantemente defendido pelo notável economista brasileiro Celso Furtado (1978; 1984; 1998), somente com vontade política será possível liberar as “forças criativas” da nação de sua submissão à lógica dos meios, transladando-a para a lógica dos fins. Nisso consiste o horizonte de desenvolvimento econômico de uma nação.

Para contextualizar o leitor quanto aos objetivos deste artigo, a Figura 4 apresenta a cerâmica kadiwéu (Porto Murtinho/MS), a qual ocupa centralidade na produção artesanal de utensílios, como potes, panelas, esculturas e grafismos da região, partindo do conhecimento tradicional das populações tradicionais. A síntese visual demonstra como a matéria-prima argila se ramifica em funcionalidades distintas: o uso doméstico e cerimonial por meio desses utensílios, e a expressão artística e religiosa por esculturas que representam seres mitológicos e animais do Pantanal. As técnicas de modelagem mencionadas reforçam a adaptação do artesão aos recursos naturais disponíveis no bioma. A interligação da utilidade diária com a representação sagrada ou faunística no sociograma ilustra como a identidade pantaneira é moldada pela convivência diária com a natureza e pela espiritualidade, transformando o barro do rio em cultura tangível.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Figura 4. Artesanato: cerâmica kadiwéu.

Por sua vez, a Figura 5 representa a faixa pantaneira (Corumbá, Ladário e Aquidauana), um símbolo da identidade do homem pantaneiro. Artesanalmente tecida em teares verticais rústicos, a peça exige uma técnica apurada de entrelaçamento de fios de lã ou algodão, resultando em uma trama densa e resistente, capaz de suportar a lida diária no campo. Visualmente, a faixa se destaca por seus padrões geométricos e cores vibrantes, como amarela, azul, vermelha e branca, vistas na imagem, que remetem à vivacidade da fauna e da flora do bioma, evocando as penas das araras e o céu do Pantanal. Historicamente usada para sustentar as bombachas e proteger a coluna do peão durante as longas cavalgadas, ela representa hoje a preservação de um “saber-fazer” pantaneiro, conectando o presente à história dos ciclos de gado e à bravura do habitante dessa planície alagável.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).
Figura 5. Faixa pantaneira.

As biojoias e a arte plumária da etnia terena (Aquidauana, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti) materializam a relação intrínseca com a biodiversidade do bioma sul-mato-grossense. Na Figura 6, observa-se o uso de matérias-primas extraídas diretamente da natureza de forma sustentável: sementes, fibras vegetais e penas vibrantes que compõem colares e cocares. O artesanato terena, caracterizado pelo detalhismo no trançado das fibras e na composição das cores, reflete a identidade de um povo que vê na terra não apenas o sustento agrícola, mas também a fonte de sua beleza e espiritualidade. O colar de sementes com o pingente em formato de flor e o cocar de penas coloridas (remetendo às araras e aves de rapina) simbolizam hierarquia, rituais e proteção. Essas peças atuam como marcadores de identidade étnica e resistência cultural, transformando os recursos da floresta e do cerrado em adornos que celebram a vida e o respeito aos ciclos naturais do Pantanal.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).
Figura 6. Artesanato: biojoias terenas.

Os itens acima mencionados são apenas alguns dos elementos ou representações que fazem parte do “ser” e “existir” das gentes pantaneiras. Muito embora o regional e o local tenham cada qual suas territorialidades, a articulação teórico-metodológica aqui proposta seguirá aportando esforços de reflexão em direção à conceituação de territórios criativos e também de uma economia criativa de base territorial e, por extensão, de um bioma criativo. Ou seja, considerando que esse conceito é ainda nebuloso na literatura nacional e internacional, as características que o revestem somente poderão ser efetivamente estabelecidas com base em um somatório de esforços teóricos futuros.

Ou seja, um bioma criativo corresponde, portanto, a uma economia introjetada de componentes simbólico-culturais e resulta dos fluxos, redes e interações político-institucionais no contexto de território como espaço híbrido. Trata-se, portanto, de uma economia criativa territorializada, multiescalar, multidimensional, material e imaterial (Pacheco, 2023).

Considerações finais

O presente artigo objetivou contribuição na esteira das discussões sobre a relação entre economia criativa e bioma pantaneiro, como vetor de desenvolvimento socioeconômico, tendo o território como dimensão igualmente estratégica no tema. Em que pese o caráter transdisciplinar da economia criativa, este trabalho objetivou integrar o espaço teórico-analítico, ainda em debate, que transita entre a adequada formulação e exame de características raras e inimitáveis, disponíveis apenas no território, cujo patrimônio cultural e natural dá o moto teórico-interpretativo do conceito de bioma criativo.

Contudo, essa breve discussão propositiva endereçada à reflexão analítica de um bioma criativo não se pretende generalizante, inobstante as inúmeras possibilidades de articulação e composições no contexto do próprio território, entendido este como espaço complexo por meio do qual todas as relações se desenvolvem. Questões, como exemplo, a governança e as relações de poder, requerem aprofundamentos, abstrações e interações empíricas ainda mais particularizadas diante das dimensões e dos conceitos propostos.

Entretanto, muito são os desafios para a efetivação dessa agenda, tendo em vista a economia criativa ser um conceito ainda em disputa epistemológica. Afinal, desenvolvimento é tensão (Furtado, 1984), requer esforços conjugados e inteligência coletiva para seu surgimento. Dessa forma, iniciativas, como a criação de um marco de referência específico para territórios criativos, ações para educação e competências criativas e investimentos orçamentários mais significativos para o setor são, irrefutavelmente, fundamentais para que a cultura e as forças criativas produzam o retorno econômico a que se propõem, protagonizando a resposta mais significativa à crise estrutural do capitalismo nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- BANDUCCI JR., Álvaro. **A natureza do pantaneiro**: relações sociais e representação de mundo no Pantanal da Nhecolândia. Campo Grande: UFMS, 2007.
- BENDASSOLLI, Pedro F.; BORGES-ANDRADE, Jairo E.; GONDIM, Sonia Maria G. Self-control, self-management and entrepreneurship in Brazilian creative industries. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 63, p. 25-33, 2016. <https://doi.org/10.1590/1982-43272663201604>
- BOTELHO, Rosângela G. M.; CLEVELÁRIO JUNIOR, José. A dimensão da inundação no Pantanal. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 6., 2016. *Anais [...]*. Cuiabá: Embrapa Informática Agropecuária, 2016. p. 767-775.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.
- BRASIL. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.
- BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.095>
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).
- CAVES, Richard E. **Creative industries**: Contracts between art and commerce. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- CLOSS, Lisiane; OLIVEIRA, Sidinei R. de. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 349-363, 2017. <https://doi.org/10.1590/1679-395152437>
- COMUNIAN, Roberta. Rethinking the creative city: the role of complexity, networks and interactions in the urban creative economy. *Urban Studies*, v. 48, n. 6, p. 1157-1179, 2011.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **Relatório de economia criativa**: uma opção de desenvolvimento viável. Genebra: Nações Unidas, 2010.
- DALLABRIDA, Valdir R. Governança territorial: o conceito e a prática. *Análise Social*, Lisboa, v. 201, n. 46, p. 1-22, 2011.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GUILHERME, Luciana L. **Economia criativa, desenvolvimento e Estado-rede**: uma proposição de políticas públicas para o fortalecimento de sistemas produtivos e redes econômicas de setores criativos na cidade do Rio de Janeiro. 2018. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

HAESBAERT, Rogerio. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Consequência, 2015. p. 14-32.

HAESBAERT, Rogerio. **Territórios alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

HARTLEY, John (org.). **Creative industries**. Oxford: Blackwell, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. *In*: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 139-171.

HOWKINS, John. **Economia criativa**: como ganhar dinheiro com ideias criativas. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil**: compatível com a escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KIRSCHBAUM, Charles; PINA E CUNHA, Miguel; WOOD JR., Thomaz. Indústrias criativas e sua relevância para a ciência da administração. *In*: WOOD JR., Thomaz; BENDASSOLLI, Pedro Fernando; KIRSCHBAUM, Charles; PINA E CUNHA, Miguel (coord.). **Indústrias criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 12-29.

LANDRY, Charles. The creativity city index. **City, Culture and Society**, v. 2, n. 3, p. 173-179, 2011. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2011.09.003>

LAWRENCE, Thomas B.; PHILLIPS, Nelson. Compreendendo as indústrias culturais. *In*: WOOD JR., Thomaz; BENDASSOLLI, Pedro Fernando; KIRSCHBAUM, Charles; PINA E CUNHA, Miguel (coord.). **Indústrias criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 3-23.

LEITÃO, Claudia S. Economia criativa e desenvolvimento. **Revista Será**, Recife, 2015a. Disponível em: <http://revistasera.info/economia-criativa-e-desenvolvimento-claudia-leitao/>. Acesso em: 17 set. 2025.

LEITÃO, Claudia S. Indústrias criativas x economia criativa: compreendendo a disputa entre modelos de desenvolvimento com base em Celso Furtado. *In*: SOUZA, Pedro de (org.). **Brasil, sociedade em movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

LEITÃO, Claudia S. Por um Brasil criativo. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 18, 2015c.

LEITÃO, Claudia S. O destino das cidades ou as cidades como destino: uma reflexão sobre cidades criativas a partir de políticas públicas culturais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 5, p. 91, 2016.

LEITÃO, Claudia S. Políticas públicas para a valorização e a proteção integradas do patrimônio cultural e natural brasileiro: governança e institucionalidade para o desenvolvimento sustentável. **Cadernos do Observatório da Governança Municipal de Fortaleza**, Fortaleza, v. 7, p. 8-13, 2019.

LEITÃO, Claudia S.; GUILHERME, Luciana L. Patrimônio cultural, turismo e economia criativa: uma oportunidade para as cidades brasileiras. **Revista do Iphan**, n. 40, p. 73-94, 2019.

LIMA, Selma Maria S. Polos criativos: lugares de desenvolvimento. *In*: OLIVEIRA, Carlos Wagner de A.; COSTA, José Augusto V.; FIGUEIREDO, Gabriela Maretto; MORAES, Alessandra Ribeiro de; CARNEIRO, Ricardo Batista; SILVA, Iedo Brito da (org.). **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 40-57.

LONDOÑO-CARDOZO, José; CASTRILLÓN, Carlos A. T. Economía creativa y territorio: una revisión sistemática. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 18, n. 3, p. 331-347, set./dez. 2022.

MACHADO, Nuno M. C. Karl Polanyi e a nova sociologia económica: notas sobre o conceito de *(dis)embeddedness*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 90, p. 71-94, 2010. <https://doi.org/10.4000/rccs.1771>

MADEIRA, Mariana G. **Economia criativa**: implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília, DF: Funag, 2014.

MAREQUE, Mercedes; CREO, Elena de Prada; ÁLVAREZ-DÍAZ, Marcos. Exploring creative tourism based on the cultural and creative cities (C3) Index and using bootstrap confidence intervals. *Sustainability*, v. 13, n. 9, p. 5145, 2021. <https://doi.org/10.3390/su13095145>

MATO GROSSO DO SUL. **Portal de Notícias do Governo de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Secretaria-Executiva de Comunicação, 2025. Disponível em: <http://www.agenciadenoticias.ms.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MIGUEZ, Paulo. Os estudos entre economia da cultura e economia criativa. In: WOOD JR., Thomaz; BENDASSOLLI, Pedro Fernando; KIRSCHBAUM, Charles; PINA E CUNHA, Miguel (coord.). **Indústrias criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 7-19.

MORAES, Jorge Luiz A. de.; SCHNEIDER, Sérgio. Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 287-320, maio-ago. 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NOGUEIRA, Albana Xavier. **Pantanal: homem e cultura**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2002.

OLIVEIRA, Floriano de J. G. Estado, administração pública e território: da autonomia administrativa à autarquia. *Espaço e Economia*, v. 9, n. 9, 2016. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2358>

OLIVEIRA, João Maria de; ARAUJO, Bruno C. de; SILVA, Leandro V. **Panorama da economia criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para discussão, n. 1802).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (UNDP). **Creative economy report: widening local development pathways**. Paris: Unesco, 2013.

PACHECO, Adriano Pereira de Castro. A imaginação move a cidade: o papel da Lei Aldir Blanc nas iniciativas de cultura e economia criativa em Campo Grande, MS. *Interações*, Campo Grande, v. 24, n. 3, p. 1057-1071, 2023. <https://doi.org/10.20435/inter.v24i3.3829>

PACHECO, Adriano Pereira de Castro; BENINI, Elcio Gustavo. A economia criativa em época de crise: o desenvolvimento endógeno brasileiro na obra de Celso Furtado. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 324-337, 2018. <https://doi.org/10.1590/0101-31572018v38n02a06>

PACHECO, Adriano Pereira de Castro; BENINI, Elcio Gustavo. Contribuições para a economia criativa de base territorial: um quadro analítico multidimensional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 20, n. 3, p. 372-394, 2024. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v20i3.7458>

PACHECO, Adriano Pereira de Castro; BENINI, Elcio Gustavo. Cultura, criatividade e economia: o papel do setor do artesanato na dinâmica territorial do Pantanal de Mato Grosso do Sul. *Revista Confins*, São Paulo, v. 67, 2025. <https://doi.org/10.4000/149gz>

PACHECO, Adriano Pereira de Castro; BENINI, Elcio Gustavo; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. O discurso global da economia criativa - *frameworks* para o desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 14, n. 5, p. 134-147, 2018.

PACHECO, Adriano Pereira de Castro; CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio. Governança dos comuns e o direito ambiental: reflexões à luz do pantanal sul-mato-grossense. *Revista Direitos Culturais*, v. 19, n. 49, p. 3-20, 2024. <https://doi.org/10.31512/rdc.v19i49.1797>

PACHECO, Adriano Pereira de Castro; SATTI, Estevão Domingo; DELAI, Juliano; MEDEIROS, Claudia. Debates e desafios sobre a economia criativa no Mato Grosso do Sul. In: CAVALCANTE, Simone de Oliveira Rocha; DEFACCI, Fabrício Antônio; SILVA, Paulo Roberto da (org.). **Mato Grosso do Sul: temáticas transversais para o desenvolvimento**. São Carlos: Pedro & João, 2016. v. 1. p. 107-130.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Ana Carla Fonseca (org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (org.). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

RIBEIRO, Mara Aline. **Entre cheia e vazantes: a produção de geografias no pantanal**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015.

RIBEIRO, Mara Aline. A espetacularização da natureza no pantanal. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 803-812, 2018. <https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1714>

ROUSTANG, Guy; LAVILLE, Jean-Louis; EME, Bernard. **Para um novo contrato social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 21-42.

SAQUET, Marcos A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, p. 479-505, 2018. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p479>

SILVA, João dos Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura. Delimitação do pantanal brasileiro e suas sub-regiões. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 33, n. esp, p. 1703-1711, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

VARGAS, Icleia A. de. **Território, identidade, paisagem e governança no Pantanal mato-grossense: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa**. 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Sobre o autor

Adriano Pereira de Castro Pacheco: Doutor em Administração pela Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenador do Observatório Pantanal Criativo.

Conflito de interesses: nada a declarar — **Fonte de financiamento:** nenhuma.

